



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Memorial de projeto final em jornalismo

NO PALANQUE

A evolução do discurso dos presidentes brasileiros da ditadura militar à democratização

Autora: Laís Fraga Alegretti

Orientadora: Nelia Del Bianco

Brasília - DF
Setembro de 2012

LAÍS FRAGA ALEGRETTI

NO PALANQUE

A evolução do discurso dos presidentes brasileiros da ditadura militar à democratização

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação
Social com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Nelia Rodrigues Del Bianco
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Eduardo Machado da Costa Esch
Convidado

Prof. Dr. Solano dos Santos Nascimento
Convidado

Nota: _____

Brasília, ____ de ____ de 2012

No sertão mais escondido, em barracas secretas de rio por Amazonas e Goiás, em serranias perdidas, em campinas. Longe do mundo, se a gente avista uma casa de caboclo, de colono, de pioneiro emigrante, nove casas em cada dez, verá, por cima do telhado rústico, de cumeeira a cumeeira, o fio de cobre da antena do rádio.

Rachel de Queiroz

Agradecimentos

Aos meus pais, Márcia e Wilson, por tudo que fizeram pela minha educação nos últimos 22 anos – e por me mostrarem que ela deve estar sempre em primeiro lugar. Ao Ciro, meu irmão, meu oposto, por ser meu ponto de equilíbrio.

À minha incansável orientadora, Nelia Del Bianco, pela dedicação ao meu projeto. E por ter me ensinado, durante a graduação, a magia do rádio e o valor do jornalismo bem feito.

Aos professores Carlos Eduardo Esch e Solano Nascimento, por aceitarem o convite para a banca examinadora. Aos técnicos Carlos Junior e Josevaldo Sousa, pelo cuidado na edição das minhas reportagens. A eles e aos demais professores e funcionários da Faculdade de Comunicação, um obrigada por tudo que aprendi nesses quatro anos na Universidade de Brasília.

Ao Diego Moraes, por emprestar a voz para a locução das chamadas e da vinheta. Ao Rogério Truite, pelo capricho na capa do produto. Ao Lucas Marchesini, pelas dicas de economia.

Aos meus amigos todos, da Faculdade de Comunicação e de fora dela, pelas contribuições e pela torcida. Aos meu avós, tios e primos, por sempre acreditarem em mim e apoiarem minha escolha profissional.

Resumo

O presente projeto experimental é uma série de quatro reportagens radiofônicas sobre o discurso dos ex-presidentes brasileiros, da ditadura militar à democratização. A intenção é mostrar a evolução da fala dessas autoridades – tanto na linguagem quanto no conteúdo. Por meio de trechos de pronunciamentos de ex-presidentes e depoimentos de especialistas em linguística e ciência política, este trabalho apresenta as principais mudanças nos discursos dos governantes e expõe, também, aspectos da fala que se mantiveram inalterados apesar das significativas mudanças políticas no contexto da redemocratização brasileira.

Palavras-chave: política, discurso, democracia, Presidente da República.

Sumário

1. Apresentação	7
2. Objetivo.....	8
3. Justificativa.....	9
3.1 Do meio de comunicação.....	9
3.2 Do tema.....	10
4. Condições da pesquisa	12
5. Referencial teórico	14
5.1 Conteúdo.....	14
5.1.1 Democracia.....	14
5.1.2 História Política do Brasil	17
5.1.3 Comunicação.....	20
5.2 Jornalismo.....	21
5.3 Rádio.....	23
6. Procedimentos metodológicos.....	25
6.1 Do pré-projeto.....	25
6.2 Da produção das reportagens	25
6.3 Da edição	27
7. Considerações finais.....	30
8. Referências Bibliográficas	31
9. Anexos.....	33
9.1 Cronogramas	33
9.2 Orçamento.....	33
9.3 Roteiro de reportagem de 2010.....	33

1. Apresentação

Este trabalho se propõe a verificar a evolução do discurso dos ex-presidentes brasileiros após a redemocratização do país. Dadas as mudanças que trouxe a Constituição brasileira de 1988, é importante analisar o que evoluiu nos pronunciamentos e na postura dos políticos nos últimos anos. Na década de 1980, pela primeira vez, os analfabetos e os maiores de 16 anos adquiriram o direito de votar.

A participação eleitoral, dessa maneira, amplia-se. Para se ter uma noção, basta dizer que na Primeira República (1889-1930), em média, apenas 2,5% da população brasileira tinha direito a voto; em 1945, esse percentual aumenta para 16%; em 1986, a cifra cresce extraordinariamente: 51% da população pode se expressar nas urnas. (PRIORE, 2010, p. 289)

Em artigo sobre condições da democracia após 1988, Fátima Anastasia, Mônica Mata Machado de Castro e Felipe Nunes trazem dados sobre a ampliação expressiva do corpo eleitoral no Brasil devido à inclusão dos analfabetos e dos jovens entre 16 e 18 anos:

Houve, nas últimas décadas, um crescimento substancial da população inscrita para votar: a proporção dos eleitores em relação à população estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), que era de 55,7%, em 1990, passou para 67,15%, em 2006 (in MELO, 2007, p.111)

Diante da redemocratização e do crescimento da quantidade de eleitores no país, é interessante avaliar como se deram as transformações do relacionamento entre os políticos e o público e como mudaram os assuntos tratados por eles. Nesse contexto, é preciso levar em conta, ainda, as características da democracia brasileira, que foi implantada pelos próprios governantes e que ainda carrega aspectos conservadores.

Para tratar da evolução dos discursos presidenciais da ditadura militar à democratização, a série traz quatro reportagens de cerca de 15 minutos cada. A primeira delas, que apresenta o trabalho, mostra como mudou o público-alvo dos discursos presidenciais com o fim da ditadura militar; a segunda trata da evolução dos principais temas abordados pelos ex-presidentes no período em questão; a terceira analisa especificamente os discursos de posse; e a última reportagem aborda as características da fala do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as mudanças que ele adotou até ser eleito.

2. Objetivo

Produzir uma série de reportagens sobre a evolução do discurso dos ex-presidentes brasileiros, no contexto da redemocratização do Brasil. A finalidade é mostrar as mudanças na fala dos governantes, como reflexo do amadurecimento da democracia no país. Além de abordar as transformações, a ideia é apontar características que se repetem em tempos de ditadura e de democracia.

A intenção é tratar de maneira simples e atrativa um assunto que, à primeira vista, poderia parecer cansativo. Por meio de reportagens radiofônicas, este trabalho pretende levantar reflexões sobre o passado recente da política brasileira – a Nova República – e fornecer elementos para entender o atual estágio da democracia no Brasil.

3. Justificativa

3.1 Do meio de comunicação

A voz, matéria-prima do rádio, é exatamente o assunto deste trabalho. Ele é o meio de comunicação ideal para esta série de reportagens porque o áudio revela, melhor do que o texto, as mudanças na forma de falar dos ex-presidentes.

Além disso, faz sentido que uma série de reportagens que tem a popularização do discurso como tema central seja transmitida pelo meio de comunicação mais democrático: o rádio. Ele não exige alfabetização e tampouco acesso a tecnologias avançadas. Basta um aparelho receptor.

“Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público. Não só no Brasil como em outras partes do mundo, constitui-se o único meio a levar a informação e o entretenimento para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros recursos, por motivos geográficos, econômicos ou culturais.” (CÉSAR, 2009, p. 119)

Outra característica relevante do rádio é o fato de ele estimular a imaginação. Como o trabalho trata do passado, é importante que ouvinte consiga criar imagens da época. Segundo Cyro César, em seu *Como falar no rádio*, o ouvinte “sente a emoção das palavras do locutor e dos recursos da sonoplastia” (CÉSAR, 2009, p. 121).

Neste trabalho, a ausência de imagens – que existiriam na televisão, por exemplo – dá espaço para os ouvintes que viveram o período em questão relembrem suas próprias memórias. E aqueles que não viveram a retomada da democracia no Brasil são estimulados a criar imagens da época a partir da sonoplastia utilizada. As reportagens trazem áudios de discursos presidenciais de vários períodos, além de recursos sonoros que ajudam o ouvinte a se ambientar: aplausos, músicas de fundo originais, reportagens da época etc.

Os discursos presidenciais geralmente são estudados enquanto textos escritos, como no caso das obras de dois linguistas entrevistados para a série, Edilene Gasparini Fernandes e João Bosco Bezerra Bonfim. Nesse tipo de análise, entretanto, fica de fora a percepção sobre a forma como os discursos são falados – a sonoridade. Assim, esta série de reportagens também se justifica por trazer em meio sonoro pronunciamentos históricos de autoridades brasileiras.

3.2 Do tema

Este trabalho começou em novembro de 2010, no quinto semestre da minha graduação. Para a disciplina Radiojornalismo 1 da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, ministrada pela professora Nelia Del Bianco, fiz uma reportagem¹ sobre as diferenças entre as falas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. O contexto, naquele momento, era a recente eleição da atual presidente.

A princípio, não havia a intenção de aprofundar o assunto. Entretanto, durante entrevista com o cientista político Leonardo Barreto, percebi que o tema tinha potencial – e relevância – para ser melhor trabalhado. Barreto colocou que os políticos brasileiros, de uma forma geral, têm simplificado a linguagem com o objetivo de dialogar com uma parcela maior da população.

Nas palavras de Barreto, em entrevista concedida a mim em 2010: “mesmo os setores mais elitistas da política perceberam que é preciso dialogar com o brasileiro médio, com as classes mais populares, na linguagem deles. Isso é democracia. Por muito tempo a gente viveu regimes muito aristocráticos, aí vivemos períodos de exceção muito largos, onde não havia necessidade de dialogar com as pessoas. Você dialogava com tomadores de decisão, elites empresariais, setores estratégicos da academia. Não havia necessidade de adaptar seu discurso às pessoas normais. Com a abertura democrática, em um primeiro momento, isso não faz sentido, ainda tínhamos uma herança bem autoritária do poder. Isso tem acabado na medida em que a democracia vem se aprofundando”.

Por meio das quatro reportagens da série, o objetivo é mostrar as mudanças na fala dos políticos, como reflexo desse “amadurecimento da democracia”, sobre o qual fala Barreto. Houve, durante todo o desenvolvimento do trabalho, cuidado para não julgar um ou outro governo. A intenção foi tratar da relação dos presidentes com o público e analisar de que forma ela reflete o momento político do país.

Abordar a evolução da fala dos ex-presidentes da República em uma série de reportagens interessa não só aos mais de 135 milhões de eleitores brasileiros². A eles, que têm o dever e o direito de escolher o chefe do Poder Executivo nacional a cada quatro anos, e aos demais cidadãos do Brasil, a reportagem representa uma oportunidade de entender os discursos presidenciais, que muitas vezes são considerados apenas pró-forma. Na realidade, e

¹ O roteiro da reportagem em questão está no anexo deste memorial.

² Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, o eleitorado brasileiro, nas últimas eleições presidenciais (2010), era de 135.804.433 pessoas.

é isso que o trabalho se propõe a mostrar, esses pronunciamentos estão ligados a cada momento político do país e dão sentido à história recente da democracia brasileira.

Os temas centrais das quatro reportagens foram definidos depois de realizadas todas as entrevistas e após a pesquisa dos áudios disponíveis de pronunciamentos dos ex-presidentes – como explica o item *Procedimentos metodológicos* deste memorial. Havia, é claro, um direcionamento estabelecido. Mas, com a evolução da pesquisa, foi necessário acrescentar ou retirar assuntos. Por exemplo: a princípio, não estava prevista uma reportagem inteira sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o término da pesquisa bibliográfica e da execução das entrevistas, mostrou-se necessário um capítulo para tratar especificamente do ex-presidente brasileiro que deixou o governo com o recorde mundial³ de 87% de aprovação popular. Este resultado, para especialistas, está relacionado, entre outros fatores, à forma como ele conseguia acessar a população com seus discursos.

³ Dado de pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). De acordo com a CNT, apenas os ex-presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e da África do Sul, Nelson Mandela, tiveram índices de popularidade tão altos ao final do governo – 84% e 82%, respectivamente. Foram entrevistadas duas mil pessoas em 136 municípios de 24 estados, entre os dias 23 e 27 de dezembro de 2010.

4. Condições da pesquisa

Durante o desenvolvimento deste trabalho, nenhum desafio foi maior que a busca pelos discursos dos ex-presidentes. A princípio, ainda na elaboração do pré-projeto, imaginei que a Presidência da República e/ou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) teriam ao menos o discurso da cerimônia de posse das autoridades.

Ao iniciar a busca, a tarefa se mostrou mais delicada: verifiquei que não houve cuidado com esse material histórico nos órgãos oficiais. A assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou, por telefone, que esse tipo de registro tem sido “levado embora” com o presidente, ao deixar o cargo. A Biblioteca do Palácio do Planalto respondeu, após consulta via email: “Informamos que não temos os discursos em áudio, temos somente em texto e não temos de todos os presidentes”.

Sobre a EBC, funcionários da empresa relataram que os arquivos antigos estão em um depósito e ainda não foram digitalizados. O Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério da Justiça, respondeu, por meio de formulário de consulta à distância, que só tem disponível o vídeo da cerimônia de posse do presidente Ernesto Geisel e a primeira entrevista coletiva à imprensa de Emílio Médici. O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro informou por telefone que o acervo é formado por doações e que não tem material referente à posse dos ex-presidentes brasileiros.

Os discursos de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso foram encontrados com facilidade, porque estavam disponíveis em vídeo no acervo do Instituto FHC⁴. Os pronunciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foram disponibilizados ao público pelo Instituto Lula. A assessoria respondeu, via email, que está “trabalhando nisso, mas ainda deve demorar um tempo”.

O acesso à maioria dos discursos de posse se deu por meio do arquivo sonoro da Câmara dos Deputados⁵. Lá estão disponíveis áudios das reuniões no plenário principal desde 1960. Assim, tive acesso aos discursos de posse dos presidentes que fizeram pronunciamento no Congresso Nacional – o que exclui os presidentes militares.

⁴ <http://www.ifhc.org.br>

⁵ <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio>

Todos os outros áudios usados na reportagem foram retirados do Youtube⁶. Lá estão disponíveis vídeos dos ex-presidentes em situações formais e informais, além de reportagens de televisão de anos atrás.

A limitação de acesso aos documentos históricos em formato de áudio condicionou a seleção dos trechos usados nas reportagens, que se deu com base na disponibilidade dos pronunciamentos e não de acordo com outros critérios, como os estatísticos.

Uma preocupação que esteve presente durante toda a execução do trabalho foi não defender a atuação de um ou outro ex-presidente. Procurei não transmitir preferências políticas e tampouco defender uma figura ideal de Presidente da República – mesmo sabendo que a imparcialidade é inatingível, como coloca o jornalista Mauro Santayana, em texto sobre a ética dos jornalistas: “qualquer matéria envolve questões mais profundas, como as ideológicas e teológicas. Ao redigir um texto, até mesmo na forma de abordagem e na abertura, já fazemos uma escolha”. (in SEABRA, 2006, p. 42)

Mais uma busca constante foi dar às reportagens um tratamento leve. A política nacional, em geral, é erroneamente entendida como algo distante do cotidiano das pessoas e, muitas vezes, desperta pouco interesse. Esta série de reportagens apresenta de maneira simples, mas não superficial, um tema que, na verdade, está ligado à vida de todos os brasileiros. Uma das estratégias utilizadas para tornar a reportagem mais atraente foi a seleção de sonoras que despertam interesse – algumas por serem engraçadas, outras por trazerem elementos históricos curiosos etc.

⁶ [http:// www.youtube.com](http://www.youtube.com)

5. Referencial teórico

5.1 Conteúdo

5.1.1 Democracia

Definição e teorias

Em *O futuro da democracia*, Norberto Bobbio oferece uma “definição mínima” de democracia. Ela é caracterizada por “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. (BOBBIO, 1987, p. 18) O autor coloca, ainda, que a transformação é o estado natural de um regime democrático, enquanto o despotismo é estático.

Na teoria contemporânea da democracia, segundo os autores do *Dicionário de Política* (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004), há três tradições do pensamento político: as teorias clássica, medieval e moderna.

A teoria clássica, ou aristotélica, contempla três formas de governo: a democracia é o governo do povo (todos que têm direitos de cidadania), a monarquia é o governo de um só, e a aristocracia é o governo de poucos.

A teoria medieval, de origem romana, entende a democracia com base na soberania popular. Um dos princípios é que “o povo cria o direito não apenas através do voto, dando vida às leis, mas também [...] dando vida aos costumes”. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 321) De acordo com essa teoria, independente de qual seja o efetivo detentor do poder soberano, a fonte originária desse poder é sempre o povo – o que permite a distinção entre a titularidade e o exercício do poder. Citando o filósofo italiano Marsílio de Pádua, os autores afirmam que ele demonstra que o poder de fazer leis “diz respeito unicamente ao povo, ou à sua parte mais poderosa, o qual atribui a outros não mais que o poder executivo, isto é, o poder de governar no âmbito das leis”. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 321)

Segundo a teoria moderna, ou de Maquiavel, as formas históricas de governo são essencialmente a monarquia e a república. A antiga democracia é, então, uma forma de república. Em Rousseau, teórico da democracia moderna, coincidem ideais republicanos e democráticos.

Rousseau enquanto chama república à forma do Estado ou do corpo político, considera Democracia uma das três formas possíveis de Governo de um corpo

político, que, enquanto tal, ou é uma república ou não é nem sequer um Estado mas o domínio privado deste ou daquele poderoso que tomou conta dele e o governa através da força. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 323)

O desenvolvimento da democracia nos regimes representativos pode ocorrer em duas direções: no alargamento do direito ao voto, que era restrito a uma parcela da população e se estende, gradualmente, a todos os cidadãos com certo limite de idade (sufrágio universal); e na multiplicação dos órgãos representativos (aqueles com representantes eleitos). “O processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo.” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 324)

Na perspectiva do elitismo, a soberania popular é um ideal-limite e jamais corresponderá a uma realidade, porque em qualquer regime político o poder efetivo pertence a uma minoria (classe política). Segundo os autores, o que diferencia os tipos de regime, a partir desse ponto de vista, não se baseia no número de governantes, mas nos modos de a classe política se formar, organizar e exercer o poder.

Promessas não cumpridas

Em *O futuro da democracia*, Bobbio compara a democracia na teoria, tal como foi formulada, e a democracia “real”, depois de aplicada. A partir daí, apresenta o que ele chama de “promessas não cumpridas da democracia”. Esses aspectos, segundo Bobbio, representam uma adaptação natural dos princípios abstratos à realidade.

Apesar de um dos ideais democráticos ser a sociedade centrípeta, Bobbio coloca que a sociedade é centrífuga: não tem apenas um centro de poder, mas muitos. Se a democracia deveria se basear na representação política (que consiste em um representante sem um mandato vinculado), Bobbio coloca que, na realidade, o que existe é a representação de interesses. Isso porque a sociedade é composta por grupos relativamente autônomos que lutam pela sua supremacia.

A promessa de educação para a democracia, de acordo com Bobbio, também não foi cumprida. Segundo ele, os governantes preferem cidadãos passivos, pois “é mais fácil dominar súditos dóceis ou indiferentes” (BOBBIO, 1987, p. 31), mas a democracia, na realidade, precisa de cidadãos ativos.

A eliminação do poder invisível, para Bobbio, é mais uma promessa não cumprida. Havia a perspectiva de que a democracia eliminasse das sociedades humanas o poder invisível e desse vida a um governo que desenvolvesse ações publicamente – seria o “poder visível”.

Outra promessa não cumprida, de acordo com o autor, é a derrota do poder oligárquico. Citando Joseph Schumpeter, Bobbio reafirma que “a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular”. (BOBBIO, 1987, p. 27)

Schumpeter também é mencionado no *Dicionário de Política*. Segundo o cientista político, a democracia existe nas situações em que vários grupos concorrem ao poder por meio de uma luta cujo objetivo é o voto popular. A conquista do poder, então, é daquele que, em uma disputa livre, consegue obter o maior número de votos.

Visibilidade

Citando Carl Schmitt, Bobbio coloca que “a representação apenas pode ocorrer na esfera do público. Não existe nenhuma representação que se desenvolva em segredo ou a portas fechadas” (BOBBIO, 1987, p. 87). Segundo o autor, um dos princípios fundamentais do estado constitucional é que o caráter público é a regra e o segredo é exceção.

A visibilidade depende, além da apresentação em público de quem tem o poder, da proximidade espacial entre governante e governado. Neste ponto, Bobbio cita os meios de comunicação.

Mesmo se as comunicações de massa encurtaram as distâncias entre o eleito e os seus eleitores, o caráter público do parlamento nacional é indireto, efetuando-se sobretudo através da imprensa, da publicação das atas parlamentares ou das leis e de outras providências no Diário Oficial (BOBBIO, 1987, p. 88).

Regras do jogo

A democracia é caracterizada por uma série de modos de agir. Bobbio alerta que é preciso levar em conta, além de eventuais novos sujeitos e instrumentos de intervenção, “as regras do jogo com as quais se desenrola a luta política num determinado contexto histórico”. (BOBBIO, 1987, p. 65)

Segundo o autor, o que diferencia um sistema democrático de um não democrático é um conjunto de regras do jogo. Os autores do Dicionário de política colocam que as definições de democracia na teoria política contemporânea contemplam as seguintes regras do jogo (ou procedimentos universais):

1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido de que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar da confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 327)

É possível, então, segundo os autores, caracterizar regimes como mais ou menos democráticos, porque não há registro de regime algum que tenha se enquadrado inteiramente em todas essas regras.

5.1.2 História Política do Brasil

As características sociais e políticas do Brasil de hoje são resultado de um processo que começou com a chegada dos portugueses. “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território [...] é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.” (HOLANDA, 1963, p.31)

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro traça a evolução política do país, a partir das características herdadas da Península Ibérica, e aponta uma estrutura político-social que resistiu às transformações: o patrimonialismo.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é, porque sempre foi. (FAORO, 2008, p 819)

Na política brasileira, o povo nunca foi visto como capaz de tomar decisões, como aponta Faoro, citando frase de Hermes Lima⁷:

⁷ LIMA, Hermes. “Notas à vida brasileira”. São Paulo, 1945. In: O Brasil no pensamento brasileiro, p. 237

Toda a nossa política, assim monárquica como republicana, mostrou-se geralmente ou duvidosa da capacidade do povo, ou suspeitosa do caráter de suas manifestações, de tal maneira que, entre nós, o povo foi sempre mais um símbolo constitucional do que fonte de autoridade em cujo contato dirigentes, representantes e líderes partidários fossem retemperar o animo e o desejo de servir. A política brasileira tem a perturbá-la, intimamente, secretamente, desde os dias longínquos da Independência, o sentimento de que o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo perigo está em despertá-lo. Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente no povo, a aceitar a expressão da vontade popular como base da vida representativa. (FAORO, 2008, p. 371)

Coronelismo

A fragilidade das instituições políticas brasileiras ficou evidente com o coronelismo, um fenômeno social e político característico da República Velha. O modelo consistia no controle do poder local por um coronel a partir do abuso de autoridade, da compra de votos e do uso da máquina pública. Os coronéis controlavam os espaços de representação política e o eleitor que se negasse a votar no candidato indicado era vítima de violência. Era essa a forma utilizada pelos grupos políticos para garantir a manutenção do poder.

Segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo é caracterizado pelo patrimonialismo, que é a falta de distinção entre os limites do público e do privado; pelo filhotismo, que é o regime de favores aos amigos e de perseguições aos adversários; pela desorganização dos serviços públicos locais; pelo falseamento do voto, que é o compromisso para uma ou poucas eleições próximas visando “coisas concretas”; e pelo mandonismo, quando o coronel, que tem grande domínio sobre a população local, impede o povo de exercer livremente a política e o comércio e persegue adversários.

A origem do termo coronel, que era a liderança política local durante a República Velha, está na hierarquia da Guarda Nacional, criada em 1831, cuja patente de coronel representava o comando municipal ou regional e dependia do poder econômico e social do titular, que era quase sempre um proprietário rural. O coronelismo no Brasil compreende uma rede de relações e compromissos políticos que vão desde o coronel até o presidente:

Da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista [...] em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1997, p. 70)

Democracia brasileira

A democracia brasileira, segundo estudiosos, não teve início devido à manifestação de desejo do povo: ela ficou aos cuidados dos próprios governantes.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 1963, p. 160)

Para Francisco Weffort, a transição para a democracia, no Brasil, aconteceu de cima para baixo. “O Brasil constitui, pelo menos até aqui, o caso infeliz de um país que não fez, nunca, nem uma revolução verdadeira nem uma democracia verdadeira” (WEFFORT, 1986, p. 23)

O autor cita o fato de o ex-presidente João Figueiredo ter dito, em 1979, “eu hei de fazer deste país uma democracia”. Weffort coloca que, nesse caso, é o representante maior da ditadura quem faz a democracia, e não o povo - ao contrário do que deveria acontecer. “Nossos equívocos habituais sobre o sentido da política são [...] o resultado de uma história em que a política tem sido, quase sempre, o privilégio de uns quantos oligárquicos e assemelhados.” (WEFFORT, 1986, p. 25)

Mencionando Getúlio Vargas, em 1945, e João Figueiredo, ao final do regime militar brasileiro, Weffort afirma que a tradição política brasileira tem uma característica de ambiguidade que permite a muitos serem autoritários e democratas ao mesmo tempo. Para ele, esta prática tem raízes nas oligarquias da República Velha. “Esta mistura complexa de ambiguidade e de cinismo nos legou um conceito de democracia segundo o qual esta é apenas um instrumento de poder.” (WEFFORT, 1986, p.34)

Lucio Oliver, cientista social do México, avalia que o Brasil vive um processo de lenta expansão democrática, ligada com a continuidade do sistema político oligárquico e conservador, e que há poucos processos políticos autônomos na sociedade, na política e na cultura. Assim como Weffort, Oliver aponta que a transição democrática ficou nas mãos dos governantes.

Diante da evidência do declínio de sua ascendência política, os próprios militares buscaram abrir caminho para uma transição para a democracia dirigida por eles, a fim de criar uma continuidade que mantivesse as forças armadas como o quarto poder moderador. (in TAGLE, 2012, p. 116, tradução livre)

A eleição direta para presidente da República de 1989, que teve participação de 22 candidatos e vitória de Fernando Collor, representa a volta do regime democrático no Brasil. A última eleição presidencial direta havia acontecido em 1960, com a vitória de Jânio Quadros. Antes de Fernando Collor, a eleição de Tancredo Neves aconteceu de forma indireta e ele faleceu sem tomar posse. Quem assumiu foi o vice, José Sarney, também escolhido indiretamente.

Em artigo que trata do sistema político e da participação popular no Brasil, Oliver coloca que no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006) ficaram evidentes as limitações democráticas do sistema político brasileiro de presidencialismo dominante com governo de coalizão de partidos.

Sob este sistema, o presidente goza de autonomia política, mas é forçado a legitimar a qualquer custo suas decisões com o apoio do Congresso, composto por uma coalizão de partidos que são verdadeiros tubarões (isto porque constitucionalmente os partidos têm poderes de aprovar decisões presidenciais). (in TAGLE, 2012, p. 124, tradução livre)

Oliver conclui que a sociedade brasileira é hoje constituída por instituições políticas civis republicanas que reconhecem a democracia como a forma de Estado legítima e legal, mas que não foi superado o predomínio de um sistema político de presidencialismo forte dominante de partidos fracos, o que evidencia uma continuidade conservadora nas relações políticas.

Também é importante colocar em questão os riscos de o chefe do poder executivo federal governar sem a existência de instituições fortes. O cientista político Leonardo Barreto aponta, na quarta reportagem da série, que o poder pode ficar muito personificado no Presidente da República quando não há instituições que fazem a ponte entre o governo e as pessoas. Isso, segundo Barreto, abre espaço para o populismo, o que ele classifica como uma democracia de qualidade menor. Para evitar isso, o cientista político coloca que é importante fortalecer as instituições – como o judiciário, o congresso, os partidos políticos, a polícia, a mídia.

Nesse contexto de fortalecimento do poder executivo e enfraquecimento das instituições mediadoras, o discurso presidencial – seja ele em solenidades ou em abordagens menos formais – recebe ainda mais importância, pelo caráter direto da comunicação do governante com a população.

5.1.3 Comunicação

O sociólogo espanhol Manuel Castells aponta, em sua obra *Comunicación Y Poder*, que existem dois principais mecanismos de formação de poder: a violência e o discurso. “Além da força, a lógica de dominação também está ligada a discursos como formas alternativas ou complementares de exercício de poder” (CASTELLS, 2009, p. 40, tradução livre)

Segundo ele, o processo de comunicação influencia decisivamente na forma de construir e desafiar as relações de poder em todos os campos das práticas sociais, inclusive a prática política. Castells ainda cita o professor Geoff Mulgan, que foi diretor da unidade estratégica da política social do gabinete do primeiro-ministro britânico Tony Blair. Mulgan aponta três fontes de poder: violência, dinheiro e confiança, que é controlada por um discurso. “A mais importante para a soberania é o poder sobre as ideias, que dão lugar à confiança”. (CASTELLS, 2009, p. 40, tradução livre)

Além de definir a política como, simultaneamente, luta, jogo e debate, o cientista político Luis Felipe Miguel aponta que, para alguns autores, o traço essencial da política é o espetáculo.

Difícilmente se poderá negar que a política inclui espetáculo. É um aspecto que está presente ‘desde sempre’. [...] No pensamento do século XVII, como diz Jean-Marie Apostolidès, ‘o espetáculo é uma necessidade intrinsecamente associada ao exercício do poder: o monarca deve deslumbrar o povo’. (MIGUEL, 2000, p.61)

A linguista Edilene Gasparini Fernandes, que analisou os discursos presidenciais de posse desde a Ditadura Militar até Luiz Inácio Lula da Silva, aponta que a formação discursiva, ao ser formulada, obedece a alguns fatores.

Ela depende da formação ideológica do momento e do lugar em que acontece, da conjuntura político-social de seu pronunciamento e do estado das lutas de classes em que se insere. Em resumo, a formulação do discurso de um orador depende do que pode e deve ser dito. (FERNANDES, 2011, p. 27)

Fernandes aponta que, para analisar um pronunciamento, é preciso levar em conta o público a quem o orador se dirige, o momento econômico-social da sociedade naquele momento e o grau de democracia ao qual a sociedade estava exposta.

Apesar de ter encontrado vários aspectos dos discursos de posse que se repetem no período da ditadura e de democracia, a linguista constatou que, “depois das eleições diretas, o discurso de posse passou a se voltar para o eleitor, enfocando seu bem-estar como centro da atenção governamental”. (FERNANDES, 2011, p. 123)

5.2 Jornalismo

O diferencial deste trabalho não está no ineditismo dos acontecimentos expostos, e sim na significação dada a eles. O que a série de reportagens traz de novo é a visão diferente de fatos já conhecidos. Na obra *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage diferencia “notícia” e “informação jornalística”. Para ele, a notícia

trata de um acontecimento inédito, é mais breve e independe da intenção do jornalista. A informação jornalística (categoria que inclui a reportagem) se refere a um assunto determinado ou não por fato gerador de interesse, é mais extensa e profunda e é fruto de uma intenção, de uma visão jornalística do assunto.

Esta série de reportagens se enquadra na categoria informação jornalística – ou reportagem. Isso porque traz detalhamento sobre o tema, amplia a visão sobre o assunto, traz contexto e análise em profundidade. E, mesmo sem apresentar um acontecimento inédito, trata de um assunto atual e relevante. Thaís Jorge, em seu *Manual do Foca*, explica de que forma um produto de comunicação pode gerar interesse:

Interesse é aquilo que aguça a inteligência do receptor, instiga a curiosidade dele, provoca-lhe emoções, estimula-o a pensar. Há muito que se diz que a imprensa são os olhos da sociedade: na verdade, ele incorpora uma missão e um papel. O desafio de todo jornalista é seduzir pela importância do material que transmite, revelar aspectos desconhecidos e lutar pelo aumento do número de pessoas que têm acesso à informação relevante. (JORGE, 2008, p. 27)

Um processo que mereceu muita atenção no desenvolvimento deste trabalho foi a seleção dos discursos presidenciais. Isso porque a série trata de um longo período: dos últimos anos da ditadura militar até hoje. Não foi simples a tarefa de eleger os pontos mais relevantes. Cremilda Medina, em artigo publicado no livro *Jornalismo Político*, aponta que a função do jornalista é relacionar acontecimentos:

Mediador social por excelência, sem sua presença escavadora e relacionadora, o jornalismo não se mostra capaz de ombrear com as demais instituições democráticas. A captura das informações e a capacidade de articular nexos dão ao repórter condições interpretativas e autorais invejáveis” (in SEABRA, 2006, p. 25)

Cabe ao jornalista, segundo a autora, ligar informações e transmitir o significado delas:

um jornalista jovem, ou maduro, atualizado vive outra motivação enquanto produtor cultural: dar significação aos acontecimentos, cruzando dados políticos, econômicos, culturais, artísticos, filosóficos, religiosos ou proveniente das sabedorias locais. (in SEABRA, 2006, p. 26)

Luiz Costa Pereira Junior, em sua obra *A apuração da notícia*, coloca que a matéria jornalística é uma forma de contar os fatos:

não vemos ‘a’ realidade quando lemos um texto, navegamos pela internet, vemos a TV, ouvimos o rádio. [...] Expor o acontecido significa, antes de mais nada, escolher episódios, aproximar eventos dispersos, privilegiar um incidente em lugar do outro.[...] a notícia encurta trechos expositivos, estica outros, relembra episódios correlatos ou suprime momentos inteiros, sem dó nem piedade.”(PEREIRA JR., 2006, p. 19)

Assim, o trabalho do jornalista é de filtrar aquilo que ele considera mais importante e de interpretar a cadeia de acontecimentos:

O trabalho jornalístico seria, assim, o de explicar o encadeamento de eventos que produziram o fato, não falsear a sua ordem, mas dar legitimidade a suas escolhas ao encadear o evento a outros, também legitimados. [...] Os fatos serão mais sólidos quanto mais implicados estiverem numa cadeia mais ampla, coesa e interdependentes de eventos. (PEREIRA JR., 2006, p. 29)

Neste trabalho, que trata de acontecimentos de cerca de 30 anos atrás até os dias de hoje, fica evidente a necessidade de selecionar pontos relevantes. Foram selecionados trechos de entrevistas e de discursos presidenciais que pareciam ilustrar melhor o tema em questão. Esse filtro foi feito com base nos depoimentos dos especialistas e após a leitura dos estudos sobre os discursos dos ex-presidentes.

5.3 Rádio

No artigo *O tambor tribal de McLuhan*, Nelia Del Bianco oferece uma análise do conceito de tambor tribal do filósofo canadense. Para a autora, Marshall McLuhan explica, além da natureza tecnológica do rádio, os efeitos sociais do meio.

“McLuhan recorreu ao simbolismo do tambor tribal para condensar a imagem do que desejava comunicar: o rádio como uma tecnologia que fortalece a conexão do homem com o grupo, com a comunidade, que foi capaz de reverter rapidamente o individualismo do homem tipográfico para o coletivismo” (in MEDITSCH, 2005, p. 155)

Para a prática política, essa ideia é de extrema importância. São os meios de comunicação que permitem a propagação do discurso, por exemplo, de um candidato ou de um Presidente da República. Seja em tempos de ditadura ou de democracia, as autoridades buscaram transmitir mensagens para a população. E o papel do rádio neste processo é fundamental, por suas características específicas, explicadas a seguir.

O rádio tem grande potencial de comunicação: devido à transmissão e ao baixo custo do aparelho, ele está inclusive nos lugares mais distantes dos grandes centros. Além disso, não é preciso que o receptor seja alfabetizado para consumir o conteúdo radiofônico.

Como traz Robert McLeish em seu guia de produção de rádio, esse meio, apesar de cego, estimula a imaginação do ouvinte. “Ao contrário da televisão, em que as imagens são limitadas pelo tamanho da tela, as imagens do rádio são do tamanho que você quiser”. (MCLEISH, 2001, p. 15) Ainda comparado à televisão, o rádio é um meio muito mais pessoal: a mensagem é direta para o ouvinte. As imagens do rádio são criadas por cada

indivíduo – o que, segundo McLeish, pode ter impacto e envolvimento maiores. No caso da televisão, as imagens estão prontas na tela e é muito comum que elas sejam assistidas por mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

O que McLeish chama de “personalidade” do rádio é mais uma característica que relaciona o meio diretamente com o fazer política.

A grande vantagem de um meio de comunicação auditivo sobre o meio impresso está no som da voz humana – o entusiasmo, a compaixão, a raiva, a dor e o riso. A voz é capaz de transmitir muito mais do que o discurso escrito. Ela tem inflexão e modulação, hesitação e pausa, uma variedade de ênfase e velocidade. (MCLEISH, 2001, p. 19)

6. Procedimentos metodológicos

6.1 Do pré-projeto

A pesquisa começou no início de 2011, durante a disciplina Pré-Projeto Experimental em Jornalismo, ministrada pelo professor David Renault. Foi quando fiz a maior parte das leituras que compõem o referencial teórico deste trabalho e elaborei um cronograma para a execução do projeto. Na ocasião, decidi prolongar um semestre no tempo de execução do trabalho, dado que o projeto proposto trataria de um longo período da História do Brasil e que exigiria, além das leituras, uma pesquisa cuidadosa dos áudios a serem utilizados nas reportagens radiofônicas.

Assim, desde as leituras até a conclusão das reportagens, esta série levou um ano e meio para ser concluída. Os primeiros seis meses foram dedicados às leituras de Ciência Política, História, Linguística e Jornalismo. Durante o segundo semestre, foram realizadas as entrevistas com os especialistas e a busca e captura dos áudios dos discursos dos ex-presidentes. Nos últimos semestres, foram escritos e montados os roteiros a partir da seleção dos trechos das entrevistas e dos áudios dos políticos, além de ter sido concluído este memorial.

6.2 Da produção das reportagens

Um processo delicado, que tomou bastante tempo, foi a busca dos áudios dos discursos dos ex-presidentes, como relatado no item “Problemas de pesquisa” deste memorial. Além da dificuldade na busca de alguns pronunciamentos, foi preciso desenvolver uma maneira de catalogar os áudios encontrados.

Depois de encontrar e fazer download dos arquivos sonoros, criei uma pasta no computador para armazená-los. A fim de organizar o material, criei um arquivo de texto que chamei de “catálogo de áudios”. Para cada arquivo sonoro, criei uma ficha, que continha: o título do discurso (atribuído por mim, para facilitar a busca), o link em que ele está disponível na internet, o nome do arquivo de áudio salvo no computador, a descrição daquele áudio (tanto em relação ao conteúdo quanto à qualidade técnica do som), a data atribuída a ele e a transcrição dos trechos mais relevantes, com o time code (para possibilitar a busca rápida no momento de cortar as sonoras).

Esse método trouxe organização ao trabalho e foi de extrema importância para o momento de escrita dos roteiros. Ele permitiu uma busca textual do material que inicialmente só estava disponível em áudio.

As entrevistas com os especialistas das áreas de Ciência Política e Linguística só aconteceram depois das leituras sobre o tema, o que permitiu um aprofundamento nos assuntos. Esta foi, inclusive, uma preocupação: deixar claro aos entrevistados que a entrevista era para um projeto de conclusão de curso e, portanto, não só permitia, mas pedia, um tratamento mais profundo do assunto.

Alguns dos entrevistados, acostumados a conceder entrevistas rápidas para noticiário *hard news*, ficam habituados a dar respostas breves e, às vezes, mais superficiais – por isso a importância de esclarecer que o tema seria abordado em uma série de reportagens. Procurei dar essa informação logo no primeiro contato, por telefone, aos entrevistados. Isso porque era necessário marcar a entrevista em horário e local confortáveis para o especialista, de modo que ele tivesse tempo para uma conversa mais longa. Na maioria dos casos, a entrevista ocorreu no escritório de trabalho da fonte. No caso da Edilene Gasparini Fernandes, o contato teve que ser por telefone, já que ela mora em São Paulo.

Aproveitei os primeiros momentos do contato pessoal, antes do início da entrevista, para conquistar a confiança da fonte no sentido de mostrar a ela que eu tinha conhecimento sobre o assunto. A intenção era passar essa mensagem no início para não fazer muitas intervenções longas durante a entrevista. As perguntas foram curtas e claras, como recomenda Thaís Oyama, em seu *A arte de entrevistar bem*. Segundo ela, às vezes jornalistas – especialmente os que estão no início da carreira – se preocupam em fazer perguntas rebuscadas, como uma forma de mostrarem que dominam o assunto. Na realidade, para Oyama, as perguntas devem ser feitas de forma objetiva, clara e concisa.

Outro ponto importante de mostrar ao entrevistado que eu tinha um conhecimento prévio do assunto e que a entrevista seria usada em uma série de reportagens especiais foi fazê-lo acreditar na importância daquele depoimento e, conseqüentemente, se disponibilizar a conceder uma entrevista mais longa.

É sabido que uma boa entrevista não precisa ser longa, mas diante da falta de bibliografia exatamente sobre o assunto, as conversas com os especialistas foram uma forma de encontrar explicações que não encontrei direto nos livros – e isso, naturalmente, leva mais tempo. A maioria das entrevistas teve duração de cerca de uma hora. O único problema dessa

duração prolongada se revelou na parte técnica. No fim da entrevista, depois de falar cerca de uma hora, a voz do entrevistado se mostrava muitas vezes mais lenta, mais baixa e até com respiração mais prolongada. Esse problema foi amenizado no momento da edição das sonoras, com cortes e aceleração de algumas falas.

Para a elaboração do roteiro, as entrevistas foram totalmente transcritas. Para auxiliar o momento de corte das sonoras, a cada um minuto era feita a marcação do time code do arquivo de áudio.

Em relação aos ex-presidentes, foi cogitada, logo no início da pesquisa, a possibilidade de entrevistá-los, com a intenção de avaliarem, com a visão de hoje, o discurso deles no passado. Além de esse depoimento não ser primordial para o trabalho, a doença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo semestre de 2011, impossibilitou essa atividade, pois ele deixou de fazer declarações à imprensa – e as entrevistas só fariam sentido se todos os ex-presidentes vivos fossem ouvidos.

6.3 Da edição

Somente após a captação e a transcrição de todo o material (entrevistas e discursos dos presidentes) foram definidas a quantidade de reportagens da série e a divisão dos temas. A princípio, a ideia era produzir entre três e cinco reportagens de cerca de oito minutos. Depois de separar os assuntos que seriam abordados e eleger o material mais interessante sobre eles, ficou definida a elaboração de quatro reportagens sobre os seguintes temas: 1. A mudança relacionada ao público-alvo dos discursos presidenciais; 2. A evolução dos temas tratados pelos ex-presidentes; 3. Os discursos de posse; 4. As características da fala do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao fim da edição, as reportagens ficaram com cerca de 15 minutos cada uma.

Um exemplo de que a divisão das reportagens só foi definida após a realização das entrevistas e a busca dos áudios é o último capítulo, dedicado sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não estava previsto, inicialmente, elaborar um roteiro específico para nenhum dos ex-presidentes. Isso se mostrou importante depois de avaliar o conteúdo de todas as entrevistas.

Em relação aos roteiros, o que foi definido previamente foi a forma de organizá-los. Foram consideradas as possibilidades de dividir as reportagens de acordo com a cronologia ou com os assuntos. Foi escolhida a segunda opção. A divisão por assuntos se mostrou mais

dinâmica e interessante, enquanto a ordem cronológica só seria possível se houvesse disponíveis áudios de todos os períodos. Dentro de cada reportagem, entretanto, os acontecimentos muitas vezes são tratados de maneira cronológica.

O roteiro da primeira reportagem foi o que sofreu a maior quantidade de alterações. Depois de chegar à versão final dele, que dá o tom da série, foi mais fácil escrever os demais. A elaboração dos roteiros seguiu recomendações de livros como o *Manual de redação da CBN*, o *Manual de Radiojornalismo*, de Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, *Produção de rádio*, de Robert McLeish e ainda *Como falar no rádio*, de Cyro César, que também auxiliou na locução.

Uma preocupação constante na elaboração do trabalho foi a necessidade de ser o mais claro e objetivo possível em uma reportagem radiofônica, como apontam Barbeiro e Lima.

O que diferencia o texto do rádio em relação aos veículos da imprensa escrita é a instantaneidade. O ouvinte só tem uma chance para entender o que está sendo dito. [...] Para que a missão de conquistar o ouvinte seja alcançada, o texto deve ser coloquial. (BARBEIRO, 2001, p.72)

Walter Alves, em *A cozinha eletrônica*, também aponta que o texto para o rádio precisa ser claro e direto.

Na imprensa escrita pode-se voltar atrás e retomar o sentido da frase. No rádio e na TV, o que passou passou. [...] Talvez em alguns momentos as frases não sejam estritamente gramaticais, mas o importante é que demonstrem clareza, limpeza, simplicidade e elegância. (in MEDITSCH, 2005, p. 304)

Ao escrever os roteiros e montar as reportagens, também foi levada em conta a necessidade de escolher trechos atraentes para conquistar o ouvinte. “O rádio está sempre sujeito a ser desligado [...] ‘A primeira sentença deve despertar interesse, a segunda deve informar’” (MCLEISH, 2001, p. 62 e 63).

Os trechos das falas dos ex-presidentes apresentados em cada reportagem foram selecionados de acordo com a adequação às falas dos especialistas entrevistados. Os fragmentos escolhidos foram aqueles que, dentro das condições de disponibilidade e de qualidade técnica do som, melhor ilustravam o conteúdo explicado pelos especialistas. Dentro de um mesmo pronunciamento foi preciso eleger os trechos mais representativos e esclarecedores – o que só foi possível após várias leituras da transcrição do discurso.

Para não tornar a reportagem monótona, busquei usar áudios que trouxessem características do período em que ele estava inserido – como aqueles que apresentam marchas militares, introdução de um locutor e até os próprios ruídos do som, cuja tecnologia progrediu

nos últimos anos. Também foram usados áudios de telejornais conhecidos nacionalmente, cujas vozes dos apresentadores remetem a períodos específicos do passado recente brasileiro.

Se a falta de qualidade das sonororas em pequena proporção colaborou para caracterizar a época do discurso, ela também trouxe dificuldades no momento de montar as reportagens. Várias sonororas, com menos qualidade técnica, tiveram que ser bastante trabalhadas no estúdio de rádio para se tornarem claras – ou o mais próximo disso. Essa recuperação foi feita especialmente com os arquivos sonoros que eram indispensáveis ao trabalho e que, se ficassem de fora, fariam falta ao entendimento ou à atratividade do trabalho.

A seleção das sonororas a serem utilizadas também exigiu muito cuidado, para não privilegiar ou defender nenhum dos ex-presidentes. A jornalista Stela Guedes Caputo aponta que a neutralidade não existe. “Ao escrever nos colocamos sempre de um lado ou de outro, ainda que neguemos” (CAPUTO, 2006, p. 31). Entretanto, foram tomados todos os cuidados possíveis para não se colocar do lado de nenhum dos políticos.

Essa preocupação começou antes da escrita do roteiro, ainda no pré-projeto do trabalho. A intenção jamais foi julgar um outro governo, mas sim explorar a relação daqueles políticos com o público como reflexo de suas características pessoais e do momento político do país. Para isso, foi importante o entendimento de que os ex-presidentes foram escolhidos pelos brasileiros – no caso daqueles eleitos diretamente – e que houve um motivo para essa escolha.

Além do cuidado na escrita do roteiro, também trabalhei a trilha sonora de modo a evitar influenciar o ouvinte. A escolha de uma ou outra música pode alterar completamente as sensações do ouvinte ao escutar a reportagem. A maneira de fazer isso foi escolher músicas semelhantes – ou até a mesma – para usar em trechos de diferentes presidentes.

O texto do roteiro sofreu pequenas alterações até os últimos momentos. Foram mudanças simples, mas que faziam a diferença. Em quase todos os casos, foi uma questão de adaptá-lo ao rádio. Um exemplo de trecho alterado no momento de gravação da locução foi: “Fernando Henrique Cardoso, que foi ministro da Fazenda de Itamar”. Textualmente, não há problemas. Lido em voz alta, pode trazer um estranhamento (“fazenda de Itamar”). A inclusão de duas palavras evitou o mal entendimento. Ficou assim: “Fernando Henrique Cardoso, que foi ministro da Fazenda no governo de Itamar”. Apesar de ter passado esse detalhe, todos os roteiros foram lidos em voz alta várias vezes antes da locução, para, além de revisar o texto, trabalhar o tom que cada um dos trechos pedia.

7. Considerações finais

O tema e o formato escolhidos para o meu projeto de conclusão de curso representaram uma oportunidade de rever parte da História do Brasil, com olhar jornalístico e avaliando os reflexos do passado na sociedade brasileira de hoje.

Tive a oportunidade de passar mais de um ano debruçada sobre o assunto antes de chegar ao produto final – o que é oportunidade rara tanto nas disciplinas de graduação da faculdade quanto no mercado de jornalismo –, e foi isso que me possibilitou tratar de maneira acessível um tema tão relevante e cheio de detalhes. Também foi indispensável o acompanhamento da orientadora Nelia Del Bianco, especialmente para o aprimoramento dos roteiros das reportagens.

A série de reportagens simboliza, ainda, um dos conceitos que fazem parte da Universidade de Brasília: a interdisciplinaridade. Além das disciplinas cursadas na Faculdade de Comunicação, meu interesse pelo tema muito se deve às referências que encontrei, durante a graduação, em disciplinas de Linguística, História, Ciência Política e Economia.

O desafio foi tratar de maneira acessível e não enviesada a política, que pode ser um tema tão polêmico, principalmente pelo fato de parte das personalidades tratadas na reportagem ainda estarem no cenário político nacional. Esse objetivo foi atingido, principalmente porque a intenção não era apontar um ou outro modo ideal de fazer política, mas relacionar esses comportamentos com o momento histórico do país.

Ao fim do trabalho, percebi que ele tem uma função que não foi vislumbrada no início: o registro histórico. Isso porque ele reúne uma série de pronunciamentos históricos encontrados em locais diferentes, que não estão armazenados de maneira organizada pelos órgãos oficiais – além, é claro, de oferecer um encadeamento e uma reflexão em relação a esses acontecimentos.

Prova de que a série é, também, um registro histórico, é o fato de o mesmo conteúdo ter sido recebido de maneira diferente de acordo com a faixa etária do ouvinte. Percebi, ao apresentar a reportagem a pessoas próximas, que aqueles que viveram os períodos em questão têm a chance de lembrá-los e inclusive de se enxergar naquele contexto novamente. Para os que não tiveram a oportunidade de assistir aos acontecimentos das últimas décadas, é uma oportunidade de conhecer aspectos da redemocratização brasileira sob uma visão diferente. A intenção, para ambos os perfis de ouvintes, é que a reportagem gere reflexão acerca do atual estágio da democracia no Brasil.

8. Referências Bibliográficas

- ANASTASIA, Fátima; CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. **De lá para cá – As condições e as instituições da democracia depois de 1988**. In MELO, Carlos Ranulfo; ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (Org.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: UFMG, 2007
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo: Produção, ética e internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 2 v
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente – Sob o signo de Rui Barbosa**. Brasília: LGE Editora, 2006.
- CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.
- CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio: Prática de locução am/fm**. 10. ed. São Paulo: IBRASA, 2009.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Edilene Gasparini. **A palavra do presidente: análise dos discursos presidenciais de posse desde o Golpe Militar até Lula**. São Paulo: Ed Unesp, 2011.
- JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo, Record, 2002.

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio: Nova Fronteira, 1997.
- LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução da 5ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MARENCO, André. **Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada**. In: MELO, Carlos Ranulfo; ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (Org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007
- MCLEISH, Robert. **Produção de rádio: Um guia abrangente de produção radiofônica**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.
- MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio: Textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político: Uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994**. Campinas: Ed Unicamp, 2000.
- OLIVER, Lucio. **Sistema político, relaciones elitistas y participación popular em Brasil hoy: uma historia de innovaciones progressistas y continuidade conservadora**. In: TAGLE, Silvia Gómez; SONNLEITNER, Willibald (editores). *Mutaciones de la democracia: tres décadas de cambio político en América Latina, 1980-2010*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2012.
- OYAMA, Thais. **A arte de entrevistar bem**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TAVARES, Mariza. (Org.). **Manual de redação CBN**. São Paulo: Globo, 2011.
- WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

9. Anexos

9.1 Cronogramas

Produto

Concepção da ideia do projeto: 1º de março a 15 de abril de 2011

Leituras: 1º de abril a 10 de novembro de 2011

Entrevistas com especialistas: 20 de novembro de 2011 a 26 de fevereiro de 2012

Pesquisa de áudios dos ex-presidentes: 1º de fevereiro a 22 de maio de 2012

Decupagens: 15 de fevereiro a 30 de março de 2012

Escrita da primeira versão dos roteiros: 2 a 26 de abril de 2012

Escrita da versão final dos roteiros: 1ª a 15 de maio de 2012

Gravação da locução: 15 a 22 de maio de 2012

Montagem das reportagens: 22 de maio a 12 de junho de 2012

Memorial descritivo

Elaboração do pré-projeto: 20 de maio a 15 de julho de 2011

Elaboração do memorial descritivo: 26 de maio a 11 de junho de 2012

9.2 Orçamento

Gravador: R\$ 250

Livros: R\$ 250

Impressão e encadernação do memorial: R\$ 50

Impressão da capa do produto e embalagem plástica: R\$50

Total: R\$ 600

9.3 Roteiro de reportagem de 2010

Roteiro da reportagem que inspirou este projeto experimental. Foi produzida em 2010, para a disciplina Radiojornalismo 1, ministrada pela professora Nelia Del Bianco:

LOC: O Brasil terá nova Presidente da República em menos de quarenta dias. Nas eleições de 2010, o Partido dos Trabalhadores foi mantido no poder, mas o perfil da eleita Dilma Rousseff é bem diferente do atual presidente Lula. Uma das características mais destoantes entre eles é a linguagem.

TEC: Titãs – Palavras (*“Palavras são iguais/ Sendo diferentes/ Palavras não são frias/ Palavras não são boas”*)

LOC: Lula foi criticado pela fala coloquial e por cometer inclusive erros com relação ao Português padrão em seus discursos.

TEC: Lula (*“não queira que em quatro anos eu ‘conserto’ o que vocês ‘destruíro’ em quatro século”*)

LOC: As críticas sobre Dilma foram pelo motivo oposto. A ex-ministra usou palavras pouco conhecidas pela maioria dos brasileiros. Os eleitores notaram a característica logo na primeira propaganda eleitoral na TV.

TEC: Dilma (*“o que permite realizar é sua capacidade técnica, mas o que te mobiliza e te faz não esmorecer são seus compromissos”*)

LOC: Esmorecer significa desanimar. E o uso de palavras pouco comuns tem explicação. O doutor em linguística e professor da Universidade de Brasília Dionei Gomes aponta que o eleitor tem em mente a imagem ideal de um representante.

TEC: Dionei (*“Existe um estereótipo de candidato a presidente, que inclui terno, gravata e um falar mais formal, mais burocrático. Obviamente, esse falar é menos acessível, mas ele passa a idéia de credibilidade”*)

LOC: O uso de um discurso mais ou menos coloquial tem impacto diferente.

TEC: Dionei (*“Então se você usa um discurso mais formal, a tendência é que você seja associado com uma pessoa mais gabaritada, mais bem preparada. Quando você usa um discurso menos formal, você pode ser rotulado de pessoa incompetente”*)

LOC: Mas julgar uma pessoa pela forma como ela fala é um erro. É o chamado preconceito linguístico.

TEC: Dionei (*“Da mesma maneira que você julga uma pessoa pela roupa que ela usa, pelo carro, pelo tom de pele. Da mesma maneira que você julga uma pessoa pelo gênero dela, você também pode prejudicar uma pessoa de acordo com a fala dela”*)

LOC: Na política, a questão é ainda mais delicada. A comunicação eficiente é fundamental para um governante. Além do conteúdo daquilo que é transmitido, a forma também tem grande importância. O estudante Pedro Henrique Gonçalves acredita que a simplicidade no discurso é uma vantagem.

TEC: Pedro (*“Eu acho que não é legal pra um político passar essa ideia de uma pessoa muito culta, que tem um português esplêndido, um Machado de Assis falando. Se botasse o Machado de Assis pra ser político ele nem conseguia se eleger”*)

LOC: Na Linguística existe o conceito de adequabilidade. Significa que a forma de falar de uma pessoa deve ser adaptada a cada contexto. É isso que a bancária Lorena do Prado espera dos políticos.

TEC: Lorena (*“Quando ele tá falando com o público mais simples, tem que falar uma linguagem mais acessível. Quando ele tá no Plenário, em sessões entre eles, ele pode usar termos técnicos”*)

TEC: Palavras – Titãs (*“Palavras eu preciso/ Preciso com urgência/ Palavras que se usem/ em casos de emergência”*)

LOC: O linguísta Dionei Gomes reforça que, ao falar com a população, o objetivo do governante deve ser a comunicação clara.

TEC: Dionei (*“Se um político produz um discurso pomposo, hermético e vai pro palanque, ele vai ter pouca aceitação. Então ele vai ter que usar um português que seja coloquial, mais próximo dos itens lexicais mais gerais, as estruturas gramaticais mais próximas das estruturas do povo, do falar popular”*)

LOC: É nesse ponto que o cientista político Leonardo Barreto aposta que Dilma terá dificuldade.

TEC: Leonardo (*“O desafio dela é desenvolver uma linguagem mais popular. Eu acho que esse é o problema da Dilma, até pra ela tentar manter uma comunicação direta com as pessoas das classes C, D, e E, que foram o grande esteio de popularidade do presidente Lula durante seus 8 anos de mandato”*)

LOC: Barreto acredita que a popularidade do atual presidente está ligada à comunicação que ele tem com grande parte dos brasileiros.

TEC: Leonardo – (*“Ele foi o primeiro político com capacidade de conversar com os eleitores na linguagem deles. O fato é que uma boa parte desses 80% de popularidade que o Lula*

ostenta depois de oito anos de mandato é o resultado de um canal de comunicação direta que ele tinha com as pessoas”)

LOC: A diferença na linguagem de Dilma e de Lula é reflexo da história de vida de cada um deles. O atual presidente era operário metalúrgico e não foi alfabetizado durante a infância. A presidente eleita frequentou escola desde criança e fez carreira na administração pública. Para falar de maneira mais coloquial, ela foi treinada durante a campanha. Em debate para o segundo turno, deixou até de flexionar o plural.

TEC: Dilma (*“nós investimo, garantimo o emprego e o consumo”*)

LOC: Mas também escaparam palavras rebuscadas.

TEC: Dilma (*“e ele tergiversa, sempre fazendo acusações”*)

LOC: O verbo tergiversar, que significa fazer rodeios, enrolar, foi parar nos tópicos mais comentados do Twitter. Para Barreto, a expectativa de que os políticos usem uma linguagem acessível é mais que uma tendência.

TEC: Leonardo (*“Isso é democracia. Durante muito tempo a gente viveu regimes muito aristocráticos, aí vivemos períodos de exceção muito largos, onde não havia necessidade de dialogar com as pessoas. Você dialogava com tomadores de decisão, elites empresariais, não havia a menor necessidade de adaptar o seu discurso às pessoas normais”*)

TEC: Titãs – Palavras (*Palavras não se curam/ Certas ou erradas/ Palavras são sombras/ As sombras viram jogos*)

LOC: Laís Alegretti para a RadioWeb UnB